



LEI Nº 5.435, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004

Dá nova redação ao inciso II, do art. 41, da Lei n.º 3.716, de 12 de dezembro de 1979, que “Dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado do Piauí, com redação dada pela Lei n.º 5.204, de 07 de agosto 2001, e dá outras providências”.

PUBLICADO NO DOE Nº 244, DE 30-12-2004

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,
FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O inciso II, do art. 41, da Lei n.º 3.716, de 12.12.1979, com redação dada pela Lei n.º 5.204, de 07 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41.....
.....

II – quatro Varas da Fazenda Pública, sendo duas por distribuição, denominadas, numericamente, de 1ª e 2ª Varas, também por distribuição, exclusivas de Execuções Fiscais e demais ações de natureza tributaria (NR).

III -

III-A – as 3ª e 4ª Varas da Fazenda Pública possuem, também, competência para as ações de natureza tributária.

IV -

IV-A – a 3ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Município de Teresina; a 4ª Vara da Fazenda Pública possui competência privativa para as execuções e ações de natureza tributária referentes ao Estado do Piauí”.

Art. 2º. As Comarcas de Oeiras e Corrente de 3ª Entrância são elevadas a categoria de 4ª Entrância e a de Batalha passa de 2ª para 3ª Entrância.

Parágrafo único. No prazo de noventa dias, após a publicação desta Lei o Tribunal de Justiça realizará a elevação de que trata o “caput”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 29 de dezembro de 2004.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO